

LUTAR É PRECISO



SINDJUS RS
Unir, Lutar e Vencer

Periódico do SindjusRS - Edição 222 - 1º Semestre 2022 - www.sindjus.com.br



Lutas e conquistas mudam a história do Judiciário gaúcho

Campanha Salarial



Entidades do sistema de Justiça lançam campanha pela reposição salarial

Pág 07

Série Brasil Por um Fio



Os cortes de recursos e os impactos nas políticas públicas

Páginas 8 e 9

Mês da Mulher



COLETIVO DE MULHERES

NÃO ME CALO

"A voz das mulheres no Judiciário" será o tema de março

Contra Capa

Tempos de mudanças, tempos de enfrentamento

Adentramos o ano de 2022 com uma imensa responsabilidade de atuarmos energeticamente para mudar nosso futuro, mas mantendo sempre um olhar atento para o nosso passado recente. Muitas decisões importantes deverão ser tomadas e muito enfrentamento reforçado para que consigamos elevar nossas esperanças e trilharmos novamente o caminho da construção de um mundo mais harmônico e menos desigual, avançando no desenvolvimento social, econômico e na preservação do meio ambiente. Um dos meios fundamentais para que essas mudanças se efetivem é também uma das nossas maiores bandeiras: a valorização dos serviços e servidores públicos.

Esse novo ano será marcado por uma das eleições mais importantes da nossa história, tendo em vista a missão de combatermos frontalmente o ódio, a desinformação coletiva, a perversidade do autoritarismo e seus flertes com o neonazismo. Temos a obrigação de

virarmos essa página por meio do aprofundamento de debates interna e externamente para que possamos elucidar nossa base e a todas as pessoas que a permeiam, no sentido de que urge uma mudança profunda nas nossas representações políticas, no Legislativo e Executivo. A nossa efetiva valorização está, também, diretamente relacionada com quem nos representará politicamente.

O último ano foi marcado por conquistas históricas para toda a categoria das servidoras e servidores do Poder Judiciário gaúcho, desde profundas mudanças estruturais, como a implementação do plano de carreira, até importantes avanços remuneratórios, como a equiparação e majoração do auxílio-refeição e a implementação do auxílio-saúde para ativos e aposentados. Aliado a isso, mudanças atreladas à implementação da tecnologia que se desdobram em alterações importantes na regulamentação do teletrabalho, na implementação do processo eletrônico, na evolução da

digitalização de todo o acervo dos processos físicos e na adoção do turno único, com redução de jornada sem redução salarial. Contudo, essas vitórias, que mudarão nossas vidas, ocorreram em um contexto de constantes ataques ao funcionalismo, principalmente pela composição majoritária dos Poderes Legislativo e Executivo por aqueles que buscam destruir os serviços públicos.

Vocês já pensaram como seria se o governador do estado e 70% da composição da Assembleia Legislativa fossem favoráveis ao fortalecimento do estado e à nossa valorização? Como essas conquistas poderiam ser amplificadas?

Neste mês de fevereiro, iniciamos uma das mais importantes campanhas da nossa gestão, um movimento que uniu cinco entidades que compõem o sistema de justiça e que pautará com muita garra o governo e o parlamento gaúchos para garantir uma reposição salarial digna para toda a nossa categoria. A campanha, que traz o mote de que por trás de todo o serviço público tem servidores trabalhando por você, busca aproximar os servidores e a sociedade, demonstrando o quanto sofremos por estar já há cerca de oito anos sem um centavo sequer para repor as perdas inflacionárias. Alinhada com movimentos políticos das entidades e ações na base, a campanha será uma importante ferramenta para conquistarmos outra pauta histórica: a recomposição das perdas inflacionárias.

O sindicato segue cumprindo seu papel com muito vigor, disposição de luta, inteligência no diálogo e, principalmente, compromisso com os melhores caminhos para a categoria, e trabalharemos incessantemente pelo fim do arrocho salarial. Lutemos com força, votemos com consciência e trabalhem, unidos, pois um outro mundo é possível!



Crédito: Grupo REC

LUTAR É PRECISO - JORNAL DO SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO RS EXPEDIENTE

Conselho Editorial: Juliana Campani (MTB 15.501), Joice Proença (MTB 16.383) e Emanuel Dall’Bello dos Santos (Diretor de Imprensa e Divulgação)

Projeto Gráfico e Diagramação: Grupo REC Tiragem: 4.000 exemplares

DIRETORIA EXECUTIVA:

Coordenador-Geral: Fabiano Marranghello Zalazar | Secretaria Geral: Valter Assis Macedo, Janete Togni

Secretaria de Finanças e Patrimônio: Joseane Hans Bronizaki, Maria Rosa Junges

Secretaria de Política e Formação Sindical: Marco Aurélio Velleda, Márcia Ferro Amaro

Secretaria de Imprensa e Divulgação: Emanuel Dall’Bello dos Santos, Jesner Pias Borges

Secretaria de Relações de Trabalho e Assuntos Jurídicos: Osvaldir Rodrigues da Silva, Valdir Bueira da Silva



Iris Helena Medeiros assume presidência do TJRS

O Tribunal de Justiça do RS (TJRS) terá como presidenta no biênio 2022/2023 a desembargadora Iris Helena Medeiros Nogueira, primeira mulher a comandar o Judiciário gaúcho. Ela também foi pioneira ao ocupar o cargo de Corregedora-Geral da Justiça entre 2016 e 2017.



No discurso de posse, a nova presidenta da Corte gaúcha destacou o fato de, em quase 150 anos, ser a primeira mulher a assumir o cargo, no momento em que as mulheres representam 58% da força de trabalho do TJRS. Sua fala também foi marcada por diversas menções ao compromisso com as inovações tecnológicas, a reestruturação da área de TI, valorização dos servidores e magistrados e importância da autonomia e independência do Poder Judiciário.

Iris Helena ressaltou em seu discurso a aprovação do Plano de Carreira dos servidores, aguardada por décadas: "É uma conquista de todos nós, do nosso Estado, de todos os cidadãos. Serão novos tempos para quem arduamente faz do Judiciário gaúcho um dos mais produtivos do país".

A desembargadora falou ainda sobre a dedicação dos servidores e magistrados durante os quase dois anos de pande-

mia, e frisou que "o resultado de superação sempre será proporcional ao grau de valorização", salientando que "nossos magistrados e servidores jamais poderão ser menos valorizados que os de outros Tribunais e outros Estados. Se houver um movimento de valorização, seja em termos de qualidade de trabalho ou mesmo questão remuneratória, nós não poderemos jamais ficar para trás", afirmou.

Ao governador Eduardo Leite, a presidenta falou sobre o compromisso com a implantação do Regime de Recuperação Fiscal, e na sequência destacou a importância da autonomia e independência na gestão, "afinal, só quem habita a casa sabe bem onde estão as suas goteiras", ilustrou.



O coordenador-geral do Sindjus/RS, Fabiano Zalazar, destacou a importância que a relação entre o Sindicato e a nova gestão seja pautada pelo diálogo respeitoso, com o propósito de atender aos anseios dos servidores, garantindo um Judiciário cada vez mais eficiente, democrático e plural. "Temos importantes desafios para este ano, dentre os quais consolidar definitivamente as conquistas introduzidas pelo Plano de Carreira e trabalharmos arduamente na sua revisão geral, para que contemple a totalidade dos anseios da categoria."

Discurso de despedida

No discurso de despedida, o desembargador Voltaire de Lima Moraes destacou os desafios de adaptar o funcionamento do Judiciário estadual às restrições impostas pela pandemia e agradeceu aos servidores, que em meio a tantas dificuldades, se empenharam para que o Poder Judiciário cumprisse a sua missão.

Ele também citou entre as ações importantes da gestão a implantação do Plano de Carreira, promovendo a reestruturação das unidades judiciárias e adequando o Judiciário aos novos tempos: "Há anos era aguardado, e que já nos permitiu fazer diversas nomeações de técnicos e analistas judiciários, suprimindo várias lacunas existentes".



MOBILIZAÇÃO DA CATEGORIA GERA CONQUISTAS CONCRETAS

A luta organizada dos trabalhadores e trabalhadoras da Justiça estadual foi decisiva para garantir uma série de avanços reivindicados há décadas.

Como resultado direto da greve de 2019, o Tribunal de Justiça (TJRS) atendeu pleitos históricos da categoria, provando mais uma vez que só a luta muda a vida!

GREVE



Uma grande demonstração de força dos trabalhadores e trabalhadoras da Justiça estadual, a paralisação de 52 dias em 2019 fez história. Contra a falta de diálogo por parte da Presidência do TJRS e contra a extinção dos cargos de Oficial Escrevente, dentre

outras pautas, milhares de servidores pararam suas atividades e ocuparam as ruas da capital gaúcha em atos semanais. Sob sol e chuva, lutamos por nossos direitos até conseguir da Administração do Tribunal de Justiça uma negociação e o compromisso de avançar em pleitos históricos da categoria.

A mobilização de milhares de servidores e servidoras nas ruas, no Parlamento gaúcho e junto às prefeituras durante a greve de 2019 conseguiu barrar a extinção do cargo de Oficial Escrevente, posto ocupado pela maioria dos servidores em atividade no Poder Judiciário estadual. O feito representou a primeira conquista do movimento

paredista e uma resposta contundente à gestão de Carlos Eduardo Zietlow Duro, marcada pela intransigência e falta de diálogo com os trabalhadores. Foi a primeira vez na história em que um projeto do TJ na ALRS foi derrubado pela categoria.



REJEIÇÃO PL 93

Crédito: Grupo REC

PLANO DE CARREIRA



Após décadas de luta e quase dois anos de construção e debates para aprimorar a proposta, nosso Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS) tor-

nou-se realidade com a aprovação do Projeto pela Assembleia Legislativa e sanção pelo governador do RS no dia 1º de dezembro de 2021. A grande mobilização dos servidores e servidoras da Justiça estadual conseguiu concretizar possivelmente a maior vitória da categoria nos últimos anos. Uma correção necessária de uma injustiça nacional, afinal, o Judiciário gaúcho era o único sem PCCS no primeiro grau. Precisamos avançar dentro do que já construímos, mas o plano é um alicerce para novas

conquistas, pois temos a garantia legal de que ele será periodicamente reavaliado e aprimorado.



Crédito: ZAP Multimídia

IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-SAÚDE

Aprovado pelo Órgão Especial em março de 2021, o auxílio-saúde se tornou alvo da ALRS, que tentou interferir na autonomia do Judiciário e vetar a criação do benefício. Com isso, o Programa de Assistência à Saúde Suplementar (PASS) acabou sendo implantado somente em agosto de 2021. No entanto, ao associar o

benefício à remuneração paradigma, o TJRS aprofundou as diferenças entre servidores e magistrados e a regulamentação não contemplou as necessidades da categoria.

Diante disso, a direção do Sindjus atuou ativamente para que o TJRS reconsiderasse os termos da regulamentação e

reparasse as injustiças do formato. Em janeiro deste ano garantimos um avanço, com o reajuste dos percentuais, que passaram a ser entre 7,7% e 8% sobre a remuneração, conforme a faixa etária. Antes o percentual era entre 6,7% e 7%. Vamos à luta pela equiparação!

RETOMADA DAS REMOÇÕES

O direito à progressão na carreira com a retomada dos editais de remoção foi garantido aos servidores e servidoras em outubro de 2021. A publicação das vagas foi resultado da intensa articulação do Sindjus, que lutou para que a movimentação entre as comarcas ocorresse antes da aprovação do Plano de Carreira, garantindo o enquadramento em condições mais vantajosas no PCCS. As movimentações estavam praticamente estagnadas desde 2018, quando o número de vagas e editais foram reduzidos drasti-

camente. O TJRS havia assegurado um novo edital após a sanção do PCCS. Em janeiro deste ano, em razão dos reflexos do Regime de Recuperação Fiscal (saiba mais na pág.7), o Tribunal nomeou 725 novos servidores, sem cumprir com o compromisso do edital prévio.

O Sindjus entrou em ação junto à Administração para garantir a publicação do edital sem a necessidade de judicializar a matéria, para evitar possível prejuízo com a não nomeação de novos servidores. Após um intenso trabalho sindical, o edital foi disponi-

bilizado no dia 18 de fevereiro com 236 vagas.



SINDJUS RS Uma Luta e Vencer

TURNO ÚNICO E TRABALHO REMOTO

A mudança na jornada de trabalho era uma reivindicação antiga da categoria. Diante da experiência vivenciada na pandemia com o turno único e os frequentes relatos de servidores sobre os impactos positivos nas condições de trabalho, qualidade de vida e produtividade, o Sindjus/RS atuou de forma intensa junto à Administração do Tribunal de Justiça (TJRS) para garantir

que não houvesse o retorno para o turno integral. A vitória foi assegurada às vésperas do recesso, com a implantação do turno único das 12h às 19h, que na prática representa a redução da jornada de trabalho, e sem nenhum ônus, como redução de salários ou compensações. Além disso, foi ampliada significativamente a possibilidade de trabalho não presencial, como

home office ou teletrabalho. Foi publicada nova regulamentação (Ato 70/2021-P) que alterou diversos pontos do ato preexistente. Contudo, o sindicato entende que muitas melhorias ainda devem ser feitas, e conquistou uma comissão dentro do TJ para tratar da questão e demais temas relacionados à tecnologia.

ORGANIZAÇÃO PELA BASE SINDICAL (COLETIVOS E GTS)

A democracia sindical ficou mais forte e abrangente. Com a criação de coletivos temáticos para ampliar o debate sobre questões sociais funda-

mentais, os servidores passaram a se organizar e discutir ações de transformação da sociedade através do combate a problemas estruturais como racismo,

machismo e LGBTfobia. O Diversa, o CIRS e o Não Me Calo são espaços necessários de formação, discussão e construção política para a categoria.



Crédito: Grupo REC

PL COTAS RACIAIS

Junto ao Coletivo Pela Igualdade Racial do Sindjus (CIRS), o Sindjus articulou pela aprovação do projeto de lei que estabelece cotas raciais em concursos para ingresso no Poder Judiciário. A

matéria foi aprovada pelo Plenário da ALRS em maio de 2021 e é considerada um passo decisivo para iniciar um processo de transformação na Justiça Estadual, que tem menos de 5% de negros autode-

clarados em seu quadro de servidores. O CIRS também apresentou, junto ao deputado Jeferson Fernandes (PT) um projeto de lei que estabelece a semana da consciência negra no RS.



RETORNO DOS CELETISTAS AO RPPS

Após anos de espera, celetistas que contribuíram durante toda a vida profissional pelo RPPS tiveram seu direito à aposentadoria garantido por meio de intensa negociação do Sindjus junto ao TJRS. O direito foi garantido mesmo para

os trabalhadores e trabalhadoras que na data em que ocorreu a migração para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ainda não haviam preenchido os requisitos de aposentadoria. Casos pontuais ainda estão sendo trabalhados.

GUARDA DOS OBJETOS NO FORO

A partir da provocação do Sindjus sobre a situação, o TJRS determinou que objetos apreendidos não serão mais recebidos por servidores nos fóruns, devendo ser encaminhados ao Instituto

Geral de Perícias (IGP). A medida encerra o problema de servidores da área de Distribuição e Contadoria, que ficavam responsáveis pela guarda desses objetos, inclusive armas e munições.



PEC 32: REFORMA ADMINISTRATIVA

Mesmo com as dificuldades impostas pela pandemia, a luta unificada dos servidores públicos conseguiu barrar o avanço da reforma administrativa. Em dois anos de intensa mobilização, o Sindjus atuou paralelamente em Brasília (junto à Fenajud e a Frente Parlamentar em Defesa dos Serviços Públicos) e no RS (junto à Frente dos Servidores Públicos e União Gaúcha), com atos e

ações presenciais e digitais para alertar a sociedade sobre os riscos da PEC 32 e pressionar os deputados federais, com a frase que simbolizou a luta: "se votar, não voltar". A força da mobilização conjunta surtiu efeito: o governo federal foi derrotado e não conseguiu garantir o número mínimo de votos para a aprovação da proposta em 2021.

EQUIPARAÇÃO E MAJORAÇÃO DO AUXÍLIO-REFEIÇÃO

Em janeiro de 2022, a publicação do RS do Ato nº 2/2022 da Presidência do Tribunal de Justiça (TJRS) representou a concretização de uma reivindicação há anos aguardada e um dos pontos do acordo de greve: a equiparação do auxílio-refeição em relação ao recebido pelos magistrados. Além da equiparação, foi determinada a correção do valor até então percebido pela

magistratura pelo IPCA-E. O valor atualizado para servidores e magistrados passou para R\$ 1.230,00 (um mil, duzentos e trinta reais), a contar de 1º de janeiro de 2022. O acréscimo representa cerca de 65% na verba anteriormente percebida pelos servidores. A conquista foi oriunda da aprovação do PCCS, que viabilizou a correção administrativamente.

"A força da nossa categoria demonstrada na greve, a capacidade de construirmos e conquistarmos nosso plano de carreira e o diálogo contínuo e assertivo junto ao Tribunal de Justiça trouxeram vitórias importantíssimas, mesmo em um momento tão difícil para a classe trabalhadora. Devemos sempre valorizar nossas conquistas!"

Valter Macedo
Secretário-geral do Sindjus



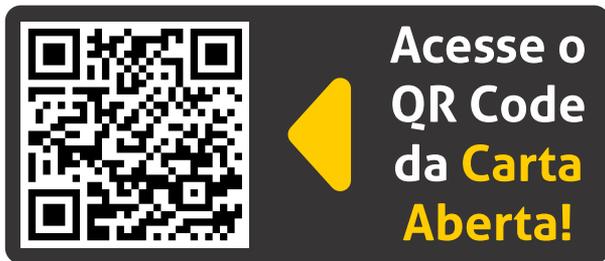
“Por trás de todo serviço público tem servidores trabalhando por você”: campanha salarial está na rua

O começo de fevereiro foi marcado pelo lançamento da campanha salarial, movimento que luta pela recomposição dos vencimentos dos servidores do sistema de Justiça. A campanha “Por trás de todo serviço público tem servidores trabalhando por você” é assinada pela União dos Trabalhadores do Sistema de Justiça do Rio Grande do Sul, composta pelo Sindjus/RS, Simpe, Sindpers, Abojeris e ASJ. As peças publicitárias serão veiculadas na televisão, rádio, mídias sociais e outdoors.

A campanha quer dialogar com a sociedade e o parlamento gaúcho mostrando quem são os servidores e servidoras e falando sobre a situação de precariedade, especialmente entre os aposentados. Os trabalhadores dessas categorias estão desde 2014 sem reajuste dos vencimentos. Neste período, a inflação acumulada supera 52%, sendo que em 2021 a inflação foi de 10,06%.

O sucesso da ação depende também da mobilização dos trabalhadores e

trabalhadoras, já que a informação de bastidores é que o Governo Leite pretende enviar um projeto com Revisão Geral Anual de apenas 5,53% para todos os servidores públicos. **Vamos à luta!**



REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Arrocho salarial para o funcionalismo, desmonte do Estado, falta de espaço para investimentos em políticas públicas e aumento da dívida. A herança nefasta que o governo de Eduardo Leite deixará para o Rio Grande do Sul.

Ao aderir ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) proposto pelo governo federal aos estados que devem à União, o atual governo abre caminho para um desarranjo sistêmico. Com medidas drásticas de austeridade fiscal, privatização de estatais estratégicas para o desenvolvimento e desestruturação das funções públicas de estado, o cenário para os próximos anos é desolador.

Condições impostas pelo governo federal para que o RS deixe de pagar parcelas da dívida incluem limitação de gastos dos Poderes (a ALRS aprovou em dezembro do ano passado a Lei do Teto de Gastos), impedindo o investimento público em melhoria de serviços fundamentais e barrando a possibilidade de reajustes, contratações, progressões e ações de valorização nas carreiras do funcionalismo.

Além dos efeitos já citados, a adesão do RS ao regime também acarreta em perda de autonomia, com aumento da submissão do estado aos interesses da União, criando amarras não apenas econômicas, mas políticas, para os próximos governos. “Na prática, cria impeditivos para que o Estado cumpra seu papel de ser indutor do crescimento”, destaca o economista Jorge Ussan.

Dívida impagável

Segundo dados do Ceape-Sindicato, a dívida com a União já foi paga, em cerca 3,9 vezes o valor original; mesmo assim, conforme o histórico de acordos e correções, ainda “devemos” 7,3 vezes aquele valor (o saldo “devedor” em dezembro de 2020 era de R\$ 69,06 bilhões).

“Uma dívida que já foi paga (conforme apontam estudos amplamente divulgados pela sociedade civil e parlamentares da oposição) também deve se tornar um fardo para os próximos governos e um grande obstáculo para o conjunto dos servidores públicos”, destaca a diretora de Finanças e Patrimônio, Joseane

Legado de Eduardo Leite é um futuro incerto para o RS

Bronizaki. Os juros tornam o montante da dívida “impagável”, e a ausência de espaço para investimento pode levar à incapacidade de impulsionar o desenvolvimento para futuras gestões. “O cenário para as carreiras públicas é cada vez mais preocupante, este é mais um governo inimigo dos servidores”, conclui Bronizaki.

Ação Sindical

Apesar das dificuldades impostas pela adesão ao RRF e ao teto de gastos também aprovado recentemente, o Sindjus analisa de forma aprofundada a legislação e o orçamento do estado e do Judiciário para estabelecer caminhos que assegurem à categoria a manutenção de seus direitos e possíveis avanços. Junto ao assessor econômico, Cid Cordeiro, estudos e projetos estão sendo elaborados, principalmente com vista aos aposentados, para que se encontrem alternativas. O sindicato apresentou ao TJRS, também, solicitação para que sejam ressaltadas do RRF todas as garantias possíveis para assegurar os direitos dos servidores ao governo do estado.

Os cortes de recursos e os impactos nas políticas públicas

Na terceira reportagem da série *Brasil por um fio*, elaborada pela equipe de comunicação do Sindjus/RS, apresentamos um breve panorama de como os cortes de recursos de políticas públicas estão afetando a população, aumentando a desigualdade e prejudicando o desenvolvimento social.

As políticas públicas são instrumentos para enfrentar problemas sistêmicos que atingem a população. O sucesso dessas impacta diretamente em melhorias de maneira abrangente. No Brasil, pode-se observar a diferença que programas estruturados em setores estratégicos representaram, com transformações significativas no cenário nacional, especialmente na área social.

A capacidade do Estado de promover investimentos públicos depende do aporte de recursos orçamentários. Nos últimos anos, entretanto, o país caminhou no sentido oposto. A partir da aprovação da Emenda Constitucional 95, em 2016, o Congresso permitiu o congelamento de recursos, desta forma inviabilizando a continuidade de uma série de programas que impulsionavam o desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

O esvaziamento e a descontinuidade de importantes políticas públicas foram sentidos principalmente pela parcela mais carente da população brasileira e voltamos a vivenciar problemas que estavam praticamente superados.

De volta à fome

No início dos anos 2000, o recém eleito presidente Lula implantou um programa ousado com diversos eixos cujo objetivo principal era erradicar a fome, um problema histórico do país. O Bolsa Família, continuado durante os governos seguintes, garantiu uma renda mínima às famílias mais carentes com a contrapartida de que as crianças em idade escolar estivessem devidamente matriculadas, com frequência comprovada e esquema vacinal em dia.

Esses esforços levaram o país a obter em 2014 um reconhecimento internacional: sair do mapa da fome, segundo apontou relatório global da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Conforme o levantamento, entre 2002 e 2013, a população em situação de subalimentação caiu em 82% e na análise do período compreendido entre 1990 e 2014, a queda foi de 84,7%.

Nos últimos anos, principalmente no governo Bolsonaro, o programa sofreu sucessivos cortes. Mesmo durante a pandemia de coronavírus, com o agravamento da crise, milhares de beneficiários foram excluídos, especialmente nas regiões norte e nordeste do país.

O resultado do sufocamento da rede de proteção social é desastroso: a fome atingiu 7,5 milhões de pessoas (somente entre 2018 e 2020) e a insegurança alimentar dobrou; atualmente, 49,6 milhões de brasileiros vivem situação de insegurança alimentar moderada ou grave. O país figura novamente no mapa da fome.

Agricultura

Agricultura familiar, setor responsável por alimentar o país (responde pela produção de aproximadamente 70% dos alimentos que chegam à mesa da população), foi alvo de profundos cortes de investimentos públicos no atual governo.

Segundo levantamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG), o Orçamento da União para 2021 foi aprovado pelo Congresso Nacional com um corte de R\$ 1,3 bilhão de subsídios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o que representa praticamente 40% do previsto (R\$ 3,3 bilhões).

Além disso, programas que viabilizariam auxílio para os trabalhadores do campo durante a pandemia também foram vetados pela atual gestão. Esse



desfinanciamento impacta diretamente na subsistência das famílias que vivem da agricultura e, de maneira significativa, na economia dos pequenos municípios que dependem prioritariamente deste setor.

Habitação

Outra política pública essencial para a redução da desigualdade no país é a de moradia, objeto de ataque pelo atual governo. Programas como o Minha Casa, Minha Vida, que buscaram enfrentar o déficit habitacional e incidir sobre famílias de baixa renda que não poderiam buscar financiamento imobiliário de outra forma, sofrem na atual gestão uma "morte por asfixia". O orçamento de 2021 foi aprovado pelo presidente da República, Jair Bolsonaro, com corte de 98% dos recursos destinados ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que financia as obras do programa.

Educação, Ciência e Tecnologia

Os cortes e desfinanciamentos são a marca de governos neoliberais que reduzem o papel do poder público e entregam a responsabilidade de setores essenciais para a iniciativa privada. Essa tendência diminui a capacidade do Estado de responder aos problemas da sociedade e implantar novas soluções, aumentando a dependência do país em relação a entes privados e aprofundando as desigualdades internas.

Desde o primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, a pasta da Educação sofreu com troca de ministros, problemas de gestão e ataques à Universidade pública, inclusive com intervenções na autonomia das instituições e redução drástica de orçamento. A LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2021 impôs o corte de R\$ 1 bilhão para as Universidades, o que impediu a continuidade de programas de extensão e assistência em diversos estados.

A situação de descaso com a educação ficou mais nítida após a pandemia. Enquanto a maioria das grandes nações apostou na aplicação de mais recursos para o setor com intuito de recuperar os prejuízos causados para o ensino, o Brasil foi um dos poucos países que não adotaram esta medida.

O abandono de áreas estratégicas para a soberania nacional, como a ciên-

cia e tecnologia, também é uma marca forte da escolha política do momento. Para se ter uma ideia do prejuízo, no ano de 2020, o governo federal investiu em ciência e tecnologia menos recursos do que aplicava em 2009 (O patamar em 2020 foi de R\$ 17,2 bilhões ante R\$ 19 bilhões há doze anos, em valores corrigidos pela inflação, segundo pesquisa do Ipea), justamente no momento em que o setor seria decisivo para a condução da pandemia.

Não houve no mesmo período medidas concretas e efetivas para manter postos de trabalho, e atrasos na concessão do auxílio emergencial agravaram a situação de penúria de milhões de famílias. No caso da ausência de política de geração de emprego e renda, por exemplo, há um outro prejuízo, na medida em que a situação "desmobiliza a classe trabalhadora, que perde seu poder de barganha e fica refém das migalhas", aponta o diretor de política e formação sindical do Sindjus, Marco Velleda.

Sem rumo

As ações e omissões governamentais sobre políticas públicas essenciais integram um plano maior de sucateamento e desmonte, que tentamos abordar nesta série. Conforme as informações que trouxemos na série de reportagens sobre a destruição do Estado Brasileiro, o conjunto de reformas, privatizações e abandono de políticas públicas constitui um caminho que leva o país a retrocessos brutais em diversas áreas e ao retorno à condição de dependência e subserviência, com estagnação da economia e aumento das disparidades.

Apesar desse cenário, um dado alarmante contrasta com toda a conjuntura de declínio e mostra a quem interessa a ruína do Estado: no ano de 2021, o Brasil ganhou 42 novos bilionários.

“Esse é o legado que os governos neoliberais deixam para o nosso país, a terra arrasada. Quando os interesses do capital vencem, o povo é sempre derrotado”

Marco Aurelio Velleda

Diretor de Política e Formação Sindical do Sindjus

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDJUS

CNPJ: 92.516.558/0001-42

Balanco Patrimonial

01/01 a 31/12/2021

NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL
ATIVO	1.954.625,52	OBRIGACOES TRABALHISTAS	82.541,68	PREMIOS DE SEGUROS	3.160,62
CIRCULANTE	1.651.523,19	PROVISAO DE FERIAS E ENCARGOS SOCIAIS	53.082,04	CONDUÇÃO	991,71
DISPONIVEL	1.637.195,03	PROVISAO DE 13º SALARIO E ENCARGOS SOCIAIS	29.459,64	LUTAR E PRECISO	6.400,00
CAIXA GERAL	3.744,42	CONTAS A PAGAR	762,06	ASSES DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	118.137,69
CAIXA	3.744,42	CONTAS A PAGAR	762,06	ASSESSORIA JURIDICA	116.460,00
BANCO CONTA CORRENTE	298.906,77	TELEFONICA BRASIL SA - VIVO	198,47	ASSES CONTABIL,TRIBUTARIA E TRABALHISTA	46.200,00
BANRISUL SA	84,11	JCM NITEROI REFRIGERAÇÃO LTDA	563,59	ASSES DE INFORMATICA E SISTEMAS	51.175,00
CAIXA E FEDERAL - CONVENIOS	298.822,66	PATRIMONIO LIQUIDO	1.614.578,04	ASSES DE SEG. E VIGILANCIA PATRIMONIAL	2.788,75
BANCO CONTA APLICACOES	889.761,21	PATRIMONIO LIQUIDO	1.614.578,04	CONSELHO FISCAL	600,00
BANRISUL SA	889.761,21	PATRIMONIO SOCIAL	1.614.578,04	ASSESSORIA PARLAMENTAR	41.500,00
POUPANÇA	444.782,63	PATRIMONIO SOCIAL	1.614.578,04	CUSTAS JUDICIAIS E HON. PERICIAIS, ADVOCATI	26.103,98
BANRISUL SA - FUNDO DE GREVE	216.367,65	RESULTADO DO EXERCICIO	93.565,62	MATERIAAL DE LIMPEZA	2.782,63
CAIXA ECONOMICA FEDERAL(9151)	211.338,93	RECEITAS	316.947,85	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ECONOMICO	44.201,94
CAIXA ECONOMICA FEDERAL(9778)	17.076,05	RECEITA SOCIAL	2.292.651,23	BENS DE NATUREZA PERMANENTE	5.051,53
OUTROS CREDITOS	14.328,16	RECEITA ORDINARIAS	2.292.651,23	GRATIFICACAO	426,36
OUTROS CREDITOS	14.328,16	RECEITAS ORDINARIAS	2.292.651,23	CARTORIO	1.158,56
IMPOSTOS A RECUPERAR	12.495,64	MENSALIDADES	2.292.651,23	FOTOCOPIAS/LOCAÇÃO	4.930,60
BLOQUEIO JUDICIAL	1.832,52	MENSALIDADES	2.292.651,23	DEPRECIAÇÕES	51.663,14
PERMANENTE	303.102,33	DESPESAS	1.975.703,38	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	558.416,55
INVESTIMENTOS	8.771,68	DESPESAS ORDINARIAS	1.417.286,83	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	789.215,27
PARTIC EM OUTRAS SOCIEDADES	8.771,68	DESPESAS COM PESSOAL	569.506,07	DESPESAS FINANCEIRAS	16.939,66
AÇOES CRT	8.771,68	SALARIOS	250.353,25	DESPESAS BANCARIAS	2.206,70
IMOBILIZADO	294.330,65	FGTS	25.027,42	I O F	704,11
IMOBILIZAÇÕES	928.412,30	AUXILIO ALIMENTACAO	42.759,20	CUSTO CANAL CONVENIOS TJRS	13.980,85
BIBLIOTECA	4.982,84	ASSISTENCIA MEDICA	48.957,57	ANUIDADE CARTAO BANRISUL	48,00
EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	221.092,31	VALE TRANSPORTES	22.980,00	DESPESAS TRIBUTARIAS	115,03
MOVEIS E UTENSILIOS	168.648,40	PREVIDENCIA SOCIAL	73.120,43	MULTAS E JUROS	115,03
VEICULOS	59.377,76	PIS	3.033,44	DESPESAS DIVERSOS EVENTOS	272.977,31
SEDE	456.052,79	HORAS EXTRAS	14.596,91	DIVERSOS EVENTOS(ATIVIDADES SINDICAIS)	272.977,31
SISTEMAS	18.258,20	REPOUSO REMUNERADO	2.866,09	MATERIAL PROMOCIONAL(CAMPANHAS)	499.183,27
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	634.081,65	AUXILIO CRECHE	11.292,96	MATERIAL PROMOCIONAL	499.183,27
(-) DEPREC BIBLIOTECA	4.722,35	ADICIONAL DE FUNÇÃO	5.179,90	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	230.798,72
(-) DEPREC ACUM DE EQUIP DE INF. E SISTEMAS	182.053,71	PROVISAO DE FERIAS E ENCARGOS SOCIAIS	32.075,39	RECEITAS FINANCEIRAS	230.798,72
(-) DEPREC ACUM MOVIES E UTENSILIOS	159.295,90	PROVISAO DE 13º SALARIO E ENCARGOS SOCIAIS	28.238,35	RENDIMENTOS S/APLICAÇÕES FINANCEIRAS	220.424,99
(-) DEPREC ACUM VEICULOS	44.533,31	SVG-SEGURO DE VIDA EM GRUPO	9.025,16	DESPESAS RECUPERADAS	394,93
(-) DEPREC ACUM SEDE	243.476,38	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	847.780,76	BONIFICAÇÕES SOBRE CONVENIOS	4.130,41
PASSIVO	1.861.059,90	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	8.667,46	RENDIMENTOS S/CTA POUPANÇA	5.848,39
CIRCULANTE	246.481,86	SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	36.308,26	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	223.382,23
CONVENIOS	132.172,53	TELEFONE/INTERNET	15.688,62	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	223.382,23
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	131.423,64	AGUA	457,32	OUTRAS DESPESAS EXTRAORDINARIAS	223.382,23
UNIODONTO SERVIÇOS ODONTOLOGICOS	748,89	VEICULOS	7.782,04	DOAÇÕES	3.814,24
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	31.005,59	ENERGIA ELETRICA	4.275,21	CURSOS - EAD	15.052,80
ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS	31.005,59	DESPESAS DIVERSAS	2.438,63	CONFRATERNIZAÇÃO	1.515,44
IRF A RECOLHER	1.791,31	MATERIAL DE EXPEDIENTE	7.429,68	FENAJUD	70.190,34
INSS A RECOLHER	22.059,32	CORREIOS	35.362,56	CONGRESSO FENAJUD	78.902,96
FGTS A RECOLHER	5.461,59	PUBLICAÇÕES LEGAIS	4.925,00	ENTIDADES DE CLASSE	5.940,00
CSLL,PIS,COFINS A RECOLHER	1.611,11	IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	4.189,48	CURSOS	13.761,38
PIS A RECOLHER	82,26	JORNALS E REVISTAS E TV A CABO	8.065,43	PANDEMIA COVID 19	34.205,07
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA A PAGAR	82.541,68	AJUDA DE CUSTO	188.458,56		

Responsável:

FABIANO MARRANGHELLO ZALAZAR

CPF: 935.937.080-00

Responsável contábil:

JUARES AUGUSTO GONCALVES OLYMPIO

CPF: 199.815.620-68 CRC: RS-041388/O-4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDJUS

CNPJ: 92.516.558/0001-42

Balancete Analítico - verificação

01/01 a 31/03/2021

NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL
ATIVO	2.019.367,25	PROVISAO DE FERIAS E ENCARGOS SOCIAIS	39.076,23	PROVISAO DE 13º SALARIO E ENCARGOS SOCIAIS	3.592,00
CIRCULANTE	1.672.546,18	PROVISAO DE 13º SALARIO E ENCARGOS SOCIAIS	28.732,96	SVG-SEGURO DE VIDA EM GRUPO	1.602,92
DISPONIVEL	1.658.218,02	CONTAS A PAGAR	12.149,57	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	185.015,84
CAIXA GERAL	5.230,42	CONTAS A PAGAR	12.149,57	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	3.400,36
CAIXA	5.230,42	RUDDER SEGURANÇA LTDA	0,00	SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	4.653,56
BANCO CONTA CORRENTE	319.346,59	INICIATIVA ORGANIZACOES CONTABEIS LTDA	3.300,00	TELEFONE/INTERNET	3.775,96
BANRISUL SA	90,87	EBCT-EMPRESA BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS	3.257,49	AGUA	54,00
CAIXA E FEDERAL - CONVENIOS	319.255,72	DEPTO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS - DMAE	0,00	VEICULOS	2.340,00
BANCO CONTA APLICACOES	951.270,97	TELEFONICA BRASIL SA - VIVO	567,60	ENERGIA ELETRICA	1.181,59
BANRISUL SA	951.270,97	NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SA	239,98	DESPESAS DIVERSAS	218,00
POUPANÇA	382.370,04	CIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA - CEEE	0,00	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.224,60
BANRISUL SA - FUNDO DE GREVE	162.472,46	FEDERAÇÃO NAC. SEV. JUDICIARIOS - FENAJUD	0,00	CORREIOS	10.016,57
CAIXA ECONOMICA FEDERAL(9151)	206.695,35	DATA MUND S SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO LTDA	0,00	JORNAIS E REVISTAS E TV A CABO	3.036,05
CAIXA ECONOMICA FEDERAL(9778)	13.202,23	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL	3.818,91	AJUDA DE CUSTO	47.114,64
OUTROS CREDITOS	14.328,16	ANIEL LIMPEZA & MULTISERVIÇOS LTDA ME	0,00	CONDUÇÃO	266,99
OUTROS CREDITOS	14.328,16	UNIAO GAUCHA EM DEFESA DA PREV. SOC PUBL	0,00	LUTAR E PRECISO	6.400,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	12.495,64	JCM NITEROI REFRIGERAÇÃO LTDA	563,59	ASSES DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	25.106,15
BLOQUEIO JUDICIAL	1.832,52	QUEIROZ ASSES EM REL. INST E GOV LTDA	0,00	ASSESSORIA JURIDICA	29.115,00
OUTROS CREDITOS	0,00	ICATU SEGUROS SA	0,00	ASSES CONTABIL,TRIBUTARIA E TRABALHISTA	9.900,00
CONVENIOS ASSOCIADOS	0,00	BANRISUL SA - CARTAO DE CREDITO	0,00	ASSES DE INFORMÁTICA E SISTEMAS	11.350,00
PERMANENTE	346.821,07	E A SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS EIRELI	402,00	ASSES DE SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL	922,35
INVESTIMENTOS	8.771,68	REC PRODUTORA DE CONT. AUDIVISUAL LTDA	0,00	ASSESSORIA PARLAMENTAR	10.000,00
PARTIC EM OUTRAS SOCIEDADES	8.771,68	ECOCURSO EDUCAÇÃO A DISTANCIA EIRELI	0,00	CUSTAS JUDICIAIS E HON. PERICIAIS, ADVOCATI	120,00
ÇÕES CRT	8.771,68	MARCIO TADEU VIEIRA PESSATI	0,00	MATERIAAL DE LIMPEZA	1.010,09
IMOBILIZADO	338.049,39	ANDRE LUIS DE SOUZA	0,00	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ECONOMICO	10.952,55
IMOBILIZAÇÕES	920.467,90	RUBIA DENISE ISLABAO AIRES	0,00	BENS DE NATUREZA PERMANENTE	391,11
BIBLIOTECA	4.708,64	PATRIMONIO LIQUIDO	1.614.578,04	CARTORIO	260,27
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	214.345,51	PATRIMONIO LIQUIDO	1.614.578,04	FOTOCOPIAS/LOCAÇÃO	1.206,00
MOVEIS E UTENSILIOS	168.049,40	PATRIMONIO SOCIAL	1.614.578,04	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	76.618,19
VEICULOS	59.377,76	PATRIMONIO SOCIAL	1.614.578,04	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	100.795,64
SEDE	455.728,39	SUPERAVIT ACUMULADOS	0,00	DESPESAS FINANCEIRAS	4.534,40
SISTEMAS	18.258,20	SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	0,00	DESPESAS BANCARIAS	463,85
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	582.418,51	SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	0,00	I O F	167,01
(-) DEPREC BIBLIOTECA	4.708,64	RESULTADO DO EXERCICIO	168.187,92	CUSTO CANAL CONVENIOS TJRS	3.887,54
(-) DEPREC ACUM DE EQUIP DE INF. E SISTEMAS	169.402,26	RECEITAS	198.821,20	ANUIDADE CARTAO BANRISUL	16,00
(-) DEPREC ACUM MOVIES E UTENSILIOS	150.337,54	RECEITA SOCIAL	581.281,79	DESPESAS DIVERSOS EVENTOS	4.056,72
(-) DEPREC ACUM VEICULOS	32.657,76	RECEITA ORDINARIAS	581.281,79	DIVERSOS EVENTOS(ATIVIDADES SINDICAIS)	4.056,72
(-) DEPREC ACUM SEDE	225.312,31	RECEITAS ORDINARIAS	581.281,79	MATERIAL PROMOCIONAL(CAMPANHAS)	92.204,52
PASSIVO	1.851.179,33	MENSALIDADES	581.281,79	MATERIAL PROMOCIONAL	92.204,52
CIRCULANTE	236.601,29	MENSALIDADES	581.281,79	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	24.177,45
CONVENIOS	136.831,24	DESPESAS	382.460,59	RECEITAS FINANCEIRAS	24.177,45
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	134.991,74	DESPESAS ORDINARIAS	305.842,40	RENDIMENTOS S/APLICAÇÕES FINANCEIRAS	22.409,80
UNIODONTO SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS	1.839,50	DESPESAS COM PESSOAL	120.826,56	BONIFICAÇÕES SOBRE CONVENIOS	999,58
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	19.811,29	SALARIOS	60.655,84	RENDIMENTOS S/CTA POUPANÇA	768,07
ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS	19.811,29	FGTS	5.639,64	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	30.633,28
IRF A RECOLHER	1.359,97	AUXILIO ALIMENTACAO	8.319,30	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	30.633,28
INSS A RECOLHER	13.876,17	ASSISTENCIA MEDICA	11.165,67	OUTRAS DESPESAS EXTRAORDINARIAS	30.633,28
FGTS A RECOLHER	2.899,78	VALE TRANSPORTES	5.745,00	CURSOS - EAD	3.763,20
CSLL,PIS,COFINS A RECOLHER	1.302,66	PREVIDENCIA SOCIAL	16.674,02	FENAJUD	17.498,23
PIS A RECOLHER	372,71	PIS	691,27	ENTIDADES DE CLASSE	1.620,00
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA A PAGAR	67.809,19	HORAS EXTRAS	2.139,16	CURSOS	6.028,96
OBRIGACOES TRABALHISTAS	67.809,19	REPOUSO REMUNERADO	411,37	PANDEMIA COVID 19	1.722,89
SALARIOS A PAGAR	0,00	AUXILIO CRECHE	2.823,24		
FERIAS A PAGAR	0,00	ADICIONAL DE FUNÇÃO	1.367,13		

Responsável:

FABIANO MARRANGHELLO ZALAZAR

CPF: 935.937.080-00

Responsável contábil:

JUARES AUGUSTO GONCALVES OLYMPIO

CPF: 199.815.620-68 CRC: RS-041388/O-4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDJUS

CNPJ: 92.516.558/0001-42

Balancete Analítico - verificação

01/04 a 30/06/2021

NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL
ATIVO	2.087.688,92	PIS A RECOLHER	369,40	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	280,00
CIRCULANTE	1.735.794,40	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA A PAGAR	58.827,90	SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	7.893,39
DISPONIVEL	1.714.927,12	OBRIGACOES TRABALHISTAS	58.827,90	TELEFONE/INTERNET	3.783,72
CAIXA GERAL	4.834,26	SALARIOS A PAGAR	0,00	AGUA	234,00
CAIXA	4.834,26	FERIAS A PAGAR	2.589,45	VEICULOS	720,00
BANCO CONTA CORRENTE	311.222,44	PROVISAO DE FERIAS E ENCARGOS SOCIAIS	27.505,49	ENERGIA ELETRICA	1.019,21
BANRISUL SA	35,39	PROVISAO DE 13º SALARIO E ENCARGOS SOCIAIS	28.732,96	DESPESAS DIVERSAS	1.274,73
CAIXA E FEDERAL - CONVENIOS	311.187,05	CONTAS A PAGAR	6.803,19	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.600,00
BANCO CONTA APLICACOES	960.112,52	CONTAS A PAGAR	6.803,19	CORREIOS	20.257,66
BANRISUL SA	960.112,52	RUDDER SEGURANÇA LTDA	0,00	PUBLICAÇÕES LEGAIS	940,00
POUPANÇA	438.757,90	INICIATIVA ORGANIZACOES CONTABEIS LTDA	0,00	JORNAIS E REVISTAS E TV A CABO	1.275,74
BANRISUL SA - FUNDO DE GREVE	216.367,65	RICARDO NERY MARTINS IND GRAFICA LTDA	0,00	AJUDA DE CUSTO	47.114,64
CAIXA ECONOMICA FEDERAL(9151)	207.593,49	EBCT-EMPRESA BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS	615,09	PREMIOS DE SEGUROS	1.290,08
CAIXA ECONOMICA FEDERAL(9778)	14.796,76	DEPTO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS - DMAE	0,00	ASSES DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	38.168,79
OUTROS CREDITOS	20.867,28	TELEFONICA BRASIL SA - VIVO	561,46	ASSESSORIA JURIDICA	29.115,00
OUTROS CREDITOS	20.867,28	NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SA	239,98	ASSES CONTABIL,TRIBUTARIA E TRABALHISTA	6.600,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	12.495,64	CIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA - CEEE	288,24	ASSES DE INFORMÁTICA E SISTEMAS	13.275,00
BLOQUEIO JUDICIAL	1.832,52	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL	4.534,83	ASSES DE SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL	699,90
OUTROS CREDITOS	3.211,96	ANIEL LIMPEZA & MULTISERVIÇOS LTDA ME	0,00	CONSELHO FISCAL	600,00
CONVENIOS ASSOCIADOS	0,00	JCM NITEROI REFRIGERAÇÃO LTDA	563,59	CUSTAS JUDICIAIS E HON. PERICIAIS, ADVOCATI	14.029,58
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	3.327,16	BANRISUL SA - CARTAO DE CREDITO	0,00	MATERIAAL DE LIMPEZA	1.772,54
PERMANENTE	351.894,52	E A SUPRIMENTOS PARA IMPRESSORAS EIRELI	0,00	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ECONOMICO	10.952,55
INVESTIMENTOS	8.771,68	INPRESS OFICINA ASS DE COMUNICAÇÃO LTDA	0,00	FOTOCOPIAS/LOCAÇÃO	968,50
PARTIC EM OUTRAS SOCIEDADES	8.771,68	PATRIMONIO LIQUIDO	1.782.765,96	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	120.682,64
AÇOS CRT	8.771,68	SUPERAVIT ACUMULADOS	1.782.765,96	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	165.011,81
IMOBILIZADO	343.122,84	SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	1.782.765,96	DESPESAS FINANCEIRAS	4.323,21
IMOBILIZAÇÕES	925.541,35	SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	1.782.765,96	DESPESAS BANCARIAS	520,76
BIBLIOTECA	4.708,64	RESULTADO DO EXERCICIO	85.387,60	I O F	186,93
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	219.094,56	RECEITAS	118.592,53	CUSTO CANAL CONVENIOS TJRS	3.591,52
MOVEIS E UTENSILIOS	168.049,40	RECEITA SOCIAL	575.787,62	ANUIDADE CARTAO BANRISUL	24,00
VEICULOS	59.377,76	RECEITA ORDINARIAS	575.787,62	DESPESAS DIVERSOS EVENTOS	21.579,85
SEDE	456.052,79	RECEITAS ORDINARIAS	575.787,62	DIVERSOS EVENTOS(ATIVIDADES SINDICAIS)	21.579,85
SISTEMAS	18.258,20	MENSALIDADES	575.787,62	MATERIAL PROMOCIONAL(CAMPANHAS)	139.108,75
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	582.418,51	MENSALIDADES	575.787,62	MATERIAL PROMOCIONAL	139.108,75
(-) DEPREC BIBLIOTECA	4.708,64	DESPESAS	457.195,09	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	44.329,17
(-) DEPREC ACUM DE EQUIP DE INF. E SISTEMAS	169.402,26	DESPESAS ORDINARIAS	336.512,45	RECEITAS FINANCEIRAS	44.329,17
(-) DEPREC ACUM MOVIES E UTENSILIOS	150.337,54	DESPESAS COM PESSOAL	132.647,42	RENDIMENTOS S/APLICAÇÕES FINANCEIRAS	41.836,30
(-) DEPREC ACUM VEICULOS	32.657,76	SALARIOS	65.504,81	DESPESAS RECUPERADAS	0,20
(-) DEPREC ACUM SEDE	225.312,31	FGTS	6.072,25	BONIFICAÇÕES SOBRE CONVENIOS	1.527,66
PASSIVO	2.002.301,32	AUXILIO ALIMENTACAO	12.112,10	RENDIMENTOS S/CTA POUPANÇA	965,01
CIRCULANTE	219.535,36	ASSISTENCIA MEDICA	13.881,96	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	33.204,93
CONVENIOS	133.699,03	VALE TRANSPORTES	5.745,00	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	33.204,93
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	132.001,35	PREVIDENCIA SOCIAL	17.484,83	OUTRAS DESPESAS EXTRAORDINARIAS	33.204,93
UNIODONTO SERVIÇOS ODONTOLOGICOS	1.697,68	PIS	715,93	DOAÇÕES	2.000,00
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	20.205,24	HORAS EXTRAS	3.806,75	CURSOS - EAD	3.763,20
ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS	20.205,24	REPOUSO REMUNERADO	729,04	FENAJUD	18.518,00
IRF A RECOLHER	1.779,11	AUXILIO CRECHE	2.823,24	ENTIDADES DE CLASSE	1.620,00
INSS A RECOLHER	13.663,02	ADICIONAL DE FUNÇÃO	1.367,13	CURSOS	4.016,73
FGTS A RECOLHER	2.836,85	SVG-SEGURO DE VIDA EM GRUPO	2.404,38	PANDEMIA COVID 19	3.287,00
CSLL,PIS,COFINS A RECOLHER	1.556,86	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	203.865,03		

Responsável:

FABIANO MARRANGHELLO ZALAZAR

CPF: 935.937.080-00

Responsável contábil:

JUARES AUGUSTO GONCALVES OLYMPIO

CPF: 199.815.620-68 CRC: RS-041388/O-4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDJUS

CNPJ: 92.516.558/0001-42

Balancete Analítico - verificação

01/07 a 30/09/2021

NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL
ATIVO	2.196.662,22	CSLL,PIS,COFINS A RECOLHER	1.589,41	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	199.359,01
CIRCULANTE	1.843.284,45	PIS A RECOLHER	365,36	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	2.650,00
DISPONIVEL	1.822.112,41	OBRIGAÇÕES TRABALHISTA A PAGAR	56.238,45	SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	11.248,92
CAIXA GERAL	4.344,42	OBRIGACOES TRABALHISTAS	56.238,45	TELEFONE/INTERNET	3.972,38
CAIXA	4.344,42	SALARIOS A PAGAR	0,00	AGUA	110,44
BANCO CONTA CORRENTE	302.130,17	FERIAS A PAGAR	0,00	VEICULOS	1.205,84
BANRISUL SA	58,54	PROVISAO DE FERIAS E ENCARGOS SOCIAIS	27.505,49	ENERGIA ELETRICA	783,22
CAIXA E FEDERAL - CONVENIOS	302.071,63	PROVISAO DE 13º SALARIO E ENCARGOS SOCIAIS	28.732,96	MATERIAL DE EXPEDIENTE	2.117,28
BANCO CONTA APLICACOES	1.073.389,43	CONTAS A PAGAR	8.299,60	CORREIOS	2.732,63
BANRISUL SA	1.073.389,43	CONTAS A PAGAR	8.299,60	IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	468,84
POUPANÇA	442.248,39	RUDDER SEGURANÇA LTDA	0,00	JORNAIS E REVISTAS E TV A CABO	2.709,36
BANRISUL SA - FUNDO DE GREVE	216.367,65	EBCT-EMPRESA BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS	2.132,63	AJUDA DE CUSTO	47.114,64
CAIXA ECONOMICA FEDERAL(9151)	209.031,46	DEPTO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS - DMAE	29,44	ASSES DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	27.941,64
CAIXA ECONOMICA FEDERAL(9778)	16.849,28	TELEFONICA BRASIL SA - VIVO	651,76	ASSESSORIA JURIDICA	29.115,00
OUTROS CREDITOS	21.172,04	NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SA	248,39	ASSES CONTABIL,TRIBUTARIA E TRABALHISTA	16.500,00
OUTROS CREDITOS	21.172,04	CIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA - CEEE	281,90	ASSES DE INFORMÁTICA E SISTEMAS	13.275,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	12.495,64	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL	4.391,89	ASSES DE SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL	699,90
BLOQUEIO JUDICIAL	1.832,52	ANIEL LIMPEZA & MULTISERVIÇOS LTDA ME	0,00	ASSESSORIA PARLAMENTAR	21.000,00
OUTROS CREDITOS	2.640,35	JCM NITEROI REFRIGERAÇÃO LTDA	563,59	CUSTAS JUDICIAIS E HON. PERICIAIS, ADVOCATI	211,40
CONVENIOS ASSOCIADOS	0,00	QUEIROZ ASSES EM REL. INST E GOV LTDA	0,00	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ECONOMICO	10.952,55
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	4.203,53	BANRISUL SA -CARTAO DE CREDITO	0,00	BENS DE NATUREZA PERMANENTE	3.209,72
PERMANENTE	353.377,77	MARCIO TADEU VIEIRA PESSATI	0,00	FOTOCOPIAS/LOCAÇÃO	1.340,25
INVESTIMENTOS	8.771,68	BAH BRINDES E GRAVAÇÕES LTDA	0,00	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	78.986,55
PARTIC EM OUTRAS SOCIEDADES	8.771,68	PATRIMONIO LIQUIDO	1.868.153,56	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	146.537,13
AÇÕES CRT	8.771,68	SUPERAVIT ACUMULADOS	1.868.153,56	DESPESAS FINANCEIRAS	4.090,42
IMOBILIZADO	344.606,09	SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	1.868.153,56	DESPESAS BANCARIAS	506,30
IMOBILIZAÇÕES	927.024,60	SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	1.868.153,56	I O F	241,26
BIBLIOTECA	4.982,84	RESULTADO DO EXERCICIO	111.095,05	CUSTO CANAL CONVENIOS TJRS	3.334,86
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	220.303,61	RECEITAS	164.146,43	ANUIDADE CARTAO BANRISUL	8,00
MOVEIS E UTENSILIOS	168.049,40	RECEITA SOCIAL	571.424,24	DESPESAS DIVERSOS EVENTOS	43.919,40
VEICULOS	59.377,76	RECEITA ORDINARIAS	571.424,24	DIVERSOS EVENTOS(ATIVIDADES SINDICAIS)	43.919,40
SEDE	456.052,79	RECEITAS ORDINARIAS	571.424,24	MATERIAL PROMOCIONAL(CAMPANHAS)	98.527,31
SISTEMAS	18.258,20	MENSALIDADES	571.424,24	MATERIAL PROMOCIONAL	98.527,31
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	582.418,51	MENSALIDADES	571.424,24	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	67.550,58
(-) DEPREC BIBLIOTECA	4.708,64	DESPESAS	407.277,81	RECEITAS FINANCEIRAS	67.550,58
(-) DEPREC ACUM DE EQUIP DE INF. E SISTEMAS	169.402,26	DESPESAS ORDINARIAS	328.291,26	RENDIMENTOS S/APLICAÇÕES FINANCEIRAS	64.267,40
(-) DEPREC ACUM MOVIES E UTENSILIOS	150.337,54	DESPESAS COM PESSOAL	128.932,25	DESPESAS RECUPERADAS	98,94
(-) DEPREC ACUM VEICULOS	32.657,76	SALARIOS	62.607,81	BONIFICAÇÕES SOBRE CONVENIOS	1.603,17
(-) DEPREC ACUM SEDE	225.312,31	FGTS	5.863,19	RENDIMENTOS S/CTA POUPANÇA	1.581,07
PASSIVO	2.085.567,17	AUXILIO ALIMENTACAO	11.163,90	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	53.051,38
CIRCULANTE	217.413,61	ASSISTENCIA MEDICA	14.125,14	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	53.051,38
CONVENIOS	130.687,54	VALE TRANSPORTES	5.745,00	OUTRAS DESPESAS EXTRAORDINARIAS	53.051,38
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	129.533,51	PREVIDENCIA SOCIAL	18.990,22	DOAÇÕES	711,74
UNIODONTO SERVIÇOS ODONTOLOGICOS	1.154,03	PIS	742,67	CURSOS - EAD	3.763,20
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	22.188,02	HORAS EXTRAS	2.702,01	FENAJUD	17.187,74
ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS	22.188,02	REPOUSO REMUNERADO	581,63	ENTIDADES DE CLASSE	1.620,00
IRF A RECOLHER	1.618,58	AUXILIO CRECHE	2.823,24	CURSOS	1.313,42
INSS A RECOLHER	13.794,30	ADICIONAL DE FUNÇÃO	1.078,51	PANDEMIA COVID 19	28.455,28
FGTS A RECOLHER	4.820,37	SVG-SEGURO DE VIDA EM GRUPO	2.508,93		

Responsável:

FABIANO MARRANGHELLO ZALAZAR

CPF: 935.937.080-00

Responsável contábil:

JUARES AUGUSTO GONCALVES OLYMPIO

CPF: 199.815.620-68 CRC: RS-041388/O-4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDJUS

CNPJ: 92.516.558/0001-42

Balancete Analítico - verificação

01/10 a 31/12/2021

NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL	NOME DA CONTA	SALDO ATUAL
ATIVO	1.954.625,52	PROVISAO DE FERIAS E ENCARGOS SOCIAIS	53.082,04	SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ	12.512,39
CIRCULANTE	1.651.523,19	PROVISAO DE 13º SALARIO E ENCARGOS SOCIAIS	29.459,64	TELEFONE/INTERNET	4.156,56
DISPONIVEL	1.637.195,03	CONTAS A PAGAR	762,06	AGUA	58,88
CAIXA GERAL	3.744,42	CONTAS A PAGAR	762,06	VEICULOS	3.516,20
CAIXA	3.744,42	RUDDER SEGURANÇA LTDA	0,00	ENERGIA ELETRICA	1.291,19
BANCO CONTA CORRENTE	298.906,77	INICIATIVA ORGANIZACOES CONTABEIS LTDA	0,00	DESPESAS DIVERSAS	945,90
BANRISUL SA	84,11	EBCT-EMPRESA BRAS CORREIOS E TELEGRAFOS	0,00	MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.487,80
CAIXA E FEDERAL - CONVENIOS	298.822,66	DEPTO MUNICIPAL DE AGUAS E ESGOTOS - DMAE	0,00	CORREIOS	2.355,70
BANCO CONTA APLICACOES	889.761,21	TELEFONICA BRASIL SA - VIVO	198,47	PUBLICAÇÕES LEGAIS	3.985,00
BANRISUL SA	889.761,21	NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO SA	0,00	IMPOSTOS E TAXAS DIVERSOS	3.720,64
POUPANÇA	444.782,63	CIA ESTADUAL DE ENERGIA ELETRICA - CEEE	0,00	JORNAIS E REVISTAS E TV A CABO	1.044,28
BANRISUL SA - FUNDO DE GREVE	216.367,65	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL	0,00	AJUDA DE CUSTO	47.114,64
CAIXA ECONOMICA FEDERAL(9151)	211.338,93	ANIEL LIMPEZA & MULTISERVIÇOS LTDA ME	0,00	PREMIOS DE SEGUROS	1.870,54
CAIXA ECONOMICA FEDERAL(9778)	17.076,05	JCM NITEROI REFRIGERAÇÃO LTDA	563,59	CONDUÇÃO	724,72
OUTROS CREDITOS	14.328,16	QUEIROZ ASSES EM REL. INST E GOV LTDA	0,00	ASSES DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO	26.921,11
OUTROS CREDITOS	14.328,16	BANRISUL SA - CARTAO DE CREDITO	0,00	ASSESSORIA JURIDICA	29.115,00
IMPOSTOS A RECUPERAR	12.495,64	CLAUDI DA CUNHA SOARES	0,00	ASSES CONTABIL,TRIBUTARIA E TRABALHISTA	13.200,00
BLOQUEIO JUDICIAL	1.832,52	MATHEUS MACHADO DE ALMEIDA	0,00	ASSES DE INFORMÁTICA E SISTEMAS	13.275,00
OUTROS CREDITOS	0,00	YURI DE OLIVEIRA CAMEJO	0,00	ASSES DE SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL	466,60
CONVENIOS ASSOCIADOS	0,00	EDUARDA ALVES COELHO DIAS	0,00	ASSESSORIA PARLAMENTAR	10.500,00
ADIANTAMENTOS A FUNCIONARIOS	0,00	TAINAN GONCALVES DE CANTOS	0,00	CUSTAS JUDICIAIS E HON. PERICIAIS, ADVOCATI	11.743,00
PERMANENTE	303.102,33	GERSON MEIRELES CANTOS	0,00	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO ECONOMICO	11.344,29
INVESTIMENTOS	8.771,68	DRAILTON CORREA DE MELLO	0,00	BENS DE NATUREZA PERMANENTE	1.450,70
PARTIC EM OUTRAS SOCIEDADES	8.771,68	LEDECI LESSA COUTINHO	0,00	GRATIFICACAO	426,36
AÇOS CRT	8.771,68	GISA ELENA SOARES DE FREITAS	0,00	CARTORIO	898,29
IMOBILIZADO	294.330,65	FABIO DOS SANTOS GONCALVES	0,00	FOTOCOPIAS/LOCAÇÃO	1.415,85
IMOBILIZAÇÕES	928.412,30	PATRIMONIO LIQUIDO	1.979.248,61	DEPRECIACOES	51.663,14
BIBLIOTECA	4.982,84	SUPERAVIT ACUMULADOS	1.979.248,61	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	282.129,17
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	221.092,31	SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	1.979.248,61	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	376.870,69
MOVEIS E UTENSILIOS	168.648,40	SUPERAVIT (DEFICIT) DO EXERCICIO	1.979.248,61	DESPESAS FINANCEIRAS	3.991,63
VEICULOS	59.377,76	RESULTADO DO EXERCICIO	271.104,95	DESPESAS BANCARIAS	715,79
SEDE	456.052,79	RECEITAS	164.612,31	I O F	108,91
SISTEMAS	18.258,20	RECEITA SOCIAL	564.157,58	CUSTO CANAL CONVENIOS TJRS	3.166,93
(-) DEPRECIACOES ACUMULADAS	634.081,65	RECEITA ORDINARIAS	564.157,58	DESPESAS TRIBUTARIAS	115,03
(-) DEPREC BIBLIOTECA	4.722,35	RECEITAS ORDINARIAS	564.157,58	MULTAS E JUROS	115,03
(-) DEPREC ACUM DE EQUIP DE INF. E SISTEMAS	182.053,71	MENSALIDADES	564.157,58	DESPESAS DIVERSOS EVENTOS	203.421,34
(-) DEPREC ACUM MOVIES E UTENSILIOS	159.295,90	MENSALIDADES	564.157,58	DIVERSOS EVENTOS(ATIVIDADES SINDICAIS)	203.421,34
(-) DEPREC ACUM VEICULOS	44.533,31	DESPESAS	728.769,89	MATERIAL PROMOCIONAL(CAMPANHAS)	169.342,69
(-) DEPREC ACUM SEDE	243.476,38	DESPESAS ORDINARIAS	446.640,72	MATERIAL PROMOCIONAL	169.342,69
PASSIVO	2.225.730,47	DESPESAS COM PESSOAL	187.099,84	OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	94.741,52
CIRCULANTE	246.481,86	SALARIOS	61.584,79	RECEITAS FINANCEIRAS	94.741,52
CONVENIOS	132.172,53	FGTS	7.452,34	RENDIMENTOS S/APLICAÇÕES FINANCEIRAS	91.911,49
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	131.423,64	AUXILIO ALIMENTACAO	11.163,90	DESPESAS RECUPERADAS	295,79
UNIODONTO SERVIÇOS ODONTOLOGICOS	748,89	ASSISTENCIA MEDICA	9.784,80	RENDIMENTOS S/CTA POUPANÇA	2.534,24
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	31.005,59	VALE TRANSPORTES	5.745,00	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	106.492,64
ENCARGOS SOCIAIS E FISCAIS	31.005,59	PREVIDENCIA SOCIAL	19.971,36	DESPESAS EXTRAORDINARIAS	106.492,64
IRF A RECOLHER	1.791,31	PIS	883,57	OUTRAS DESPESAS EXTRAORDINARIAS	106.492,64
INSS A RECOLHER	22.059,32	HORAS EXTRAS	5.948,99	DOAÇÕES	1.102,50
FGTS A RECOLHER	5.461,59	REPOUSO REMUNERADO	1.144,05	CURSOS - EAD	3.763,20
CSLL,PIS,COFINS A RECOLHER	1.611,11	AUXILIO CRECHE	2.823,24	CONFRATERNIZAÇÃO	1.515,44
PIS A RECOLHER	82,26	ADICIONAL DE FUNÇÃO	1.367,13	FENAJUD	16.986,37
OBRIGAÇÕES TRABALHISTA A PAGAR	82.541,68	PROVISAO DE FERIAS E ENCARGOS SOCIAIS	32.075,39	CONGRESSO FENAJUD	78.902,96
OBRIGACOES TRABALHISTAS	82.541,68	PROVISAO DE 13º SALARIO E ENCARGOS SOCIAIS	24.646,35	ENTIDADES DE CLASSE	1.080,00
SALARIOS A PAGAR	0,00	SVG-SEGURO DE VIDA EM GRUPO	2.508,93	CURSOS	2.402,27
FERIAS A PAGAR	0,00	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	259.540,88	PANDEMIA COVID 19	739,90
13º SALARIO A PAGAR	0,00	SERVIÇOS DE TERCEIROS PF	2.337,10		

Responsável:

FABIANO MARRANGHELLO ZALAZAR

CPF: 935.937.080-00

Responsável contábil:

JUARES AUGUSTO GONCALVES OLYMPIO

CPF: 199.815.620-68 CRC: RS-041388/O-4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

SINDICATO DOS SERVIDORES DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDJUS
CNPJ: 92.516.558/0001-42 **PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2022**

NOME DA CONTA	SALDO ATUAL
RECEITAS	
RENTA SOCIAL	
Mensalidades	2.300.000,00
RECEITA EXTRAORDINÁRIA	
Outras Receitas	150.000,00
TOTAL GERAL	2.450.000,00
DESPESAS	
ADMINISTRAÇÃO GERAL	
Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	510.000,00
DESPESAS GERAIS	
Água	1.200,00
Auditório	4.000,00
Ajuda de Custo	188.500,00
Assessoria de Comunicação	110.000,00
Assessoria Contábil	48.000,00
Assessoria de Planejamento e Econômico	44.200,00
Assessoria de Parlamentar	41.500,00
Assessoria de Informática	55.000,00
Assessoria Jurídica	116.460,00
Assessoria em Saúde	5.000,00
Assessoria de Segurança Patrimonial	3.000,00

NOME DA CONTA	SALDO ATUAL
Cartório	2.000,00
Condução	2.000,00
Conselho Fiscal	6.000,00
Correio	50.000,00
Custas Judiciais, Honorários Periciais	30.000,00
Despesas Diversas	6.000,00
Depreciação	52.000,00
Energia Elétrica	8.000,00
Impostos e Taxas	4.000,00
Jornais e Revistas, TV a Cabo	4.000,00
Lutar e Preciso	30.000,00
Material de Expediente	8.000,00
Material de Limpeza	5.000,00
Publicações Legais	6.000,00
Refeições	3.000,00
Seguros	6.000,00
Serviços de Terceiros PF	5.000,00
Serviços de Terceiros PJ	20.000,00
Telefone/Internet	16.000,00
Veículos	3.000,00
Xerox	2.000,00
OUTRAS DESPESAS ORDINARIAS	
Congresso Conseju	40.000,00

NOME DA CONTA	SALDO ATUAL
Cursos EAD	15.100,00
Curso de Formação Sindical	6.000,00
Comissao Eleitoral	50.000,00
Despesas Financeiras	5.000,00
Despesas Tributarias	3.000,00
Despesas de Mobilização(Atividades Sindicais)	500.000,00
Iº Encontro de Mulheres	30.000,00
Entidades de Classe	50.000,00
FSMJD Forum Social Mundial Justiça e Democarcia	10.000,00
Material Promocional	70.000,00
NAP - Núcleo dos Aposentados	35.000,00
Seminários	5.000,00
IMOBILIZAÇÕES	
Equipamentos de Informática	6.000,00
Moveis e Utensílios	10.000,00
Sede(Manutenção)	40.000,00
FUNDO FINANCEIRO	
Fundo de Greve	120.000,00
PATRIMONIO	
SUPERAVIT PREVISTO	60.040,00
TOTAL GERAL	1.940.000,00

Responsável:

FABIANO MARRANGHELLO ZALAZAR

CPF: 935.937.080-00

Responsável contábil:

JUARES AUGUSTO GONCALVES OLYMPIO

CPF: 199.815.620-68 CRC: RS-041388/O-4

**Conselho Fiscal
aprova contas
sem ressalvas**



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022, as 10:00, em conformidade aos termos do Estatuto do Sindicato dos Servidores da Justiça do RS, o Conselho Fiscal do Sindjus RS, reuniram-se na Sede do sindicato, para examinar as peças que compõem o Balancete do Período de 01/01/2021 a 31/03/2021 e o respectivo livro razão contábil, após análise, julgando estar na mais perfeita ordem e exatidão, decidiu pela sua aprovação sem ressalvas, assinado pelos conselheiros presentes.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2022

15000000

Maís Jungreis

José Alexandre Campos

Ofécio da Silva

JOSEANE HANS BRONIZAKI

10000000

10000000

PARECERES DO CONSELHO FISCAL

BALANCETES 1º e 2º TRIMESTRES 2021

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022, as 10:00, em conformidade aos termos do Estatuto do Sindicato dos Servidores da Justiça do RS, o Conselho Fiscal do Sindjus RS, reuniram-se na Sede do sindicato, para examinar as peças que compõem o Balancete do Período de 01/04/2021 a 30/06/2021 e o respectivo livro razão contábil, após análise, julgando estar na mais perfeita ordem e exatidão, decidiu pela sua aprovação sem ressalvas, assinado pelos conselheiros presentes.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2022

15000000

Maís Jungreis

José Alexandre Campos

Ofécio da Silva

JOSEANE HANS BRONIZAKI

10000000

10000000

PARECERES DO CONSELHO FISCAL

BALANCETES 3º e 4º TRIMESTRES 2021

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022, as 10:00, em conformidade aos termos do Estatuto do Sindicato dos Servidores da Justiça do RS, o Conselho Fiscal do Sindjus RS, reuniram se na Sede do sindicato, para examinar as peças que compõe o Balancete do Período de 01/07/2021 a 30/09/2021 e o respectivo livro razão contábil, após análise, julgando estar na mais perfeita ordem e exatidão, decidiu pela sua aprovação sem ressalvas, assinado pelos conselheiros presentes.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2022

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

JOSEANE HANS BRONIZAKI

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022, as 10:00, em conformidade aos termos do Estatuto do Sindicato dos Servidores da Justiça do RS, o Conselho Fiscal do Sindjus RS, reuniram se na Sede do sindicato, para examinar as peças que compõe o Balancete do Período de 01/10/2021 a 31/12/2021 e o respectivo livro razão contábil, após análise, julgando estar na mais perfeita ordem e exatidão, decidiu pela sua aprovação sem ressalvas, assinado pelos conselheiros presentes.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2022

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

JOSEANE HANS BRONIZAKI

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022, as 10:00, em conformidade aos termos do Estatuto do Sindicato dos Servidores da Justiça do RS, o Conselho Fiscal do Sindjus RS, reuniram se na Sede do sindicato, para examinar as peças que compõe o BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCICIO DE 2021 (01/01/2021 a 31/12/2021), após análise das demonstrações contábeis apresentadas, levando em consideração as recomendações objetivando contribuir para aprimoramento organizacional dos trabalhos e maior aproveitamento dos recursos financeiros em benefício da categoria, este Conselho Fiscal, julgando estar na mais perfeita ordem e exatidão, decidiu pela sua aprovação sem ressalvas, assinado pelos conselheiros presentes.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2022

Iscoeróp

Mair Jumperóp

João Severina Corpus

Ofécio da Silz

JOSEANE HANS BRONIZAKI

4134

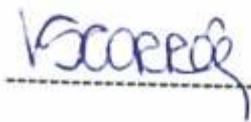
[Assinatura]

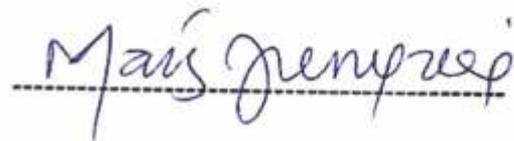
PARECER CONSELHO FISCAL
BALANÇO PATRIMONIAL 2021

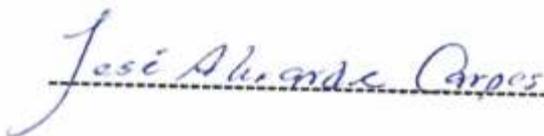
PARECER DO CONSELHO FISCAL

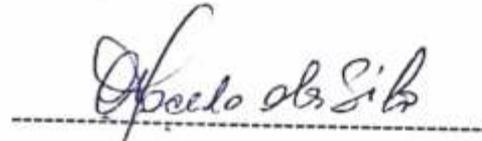
Aos 18 dias do mês de fevereiro de 2022, as 10:00, em conformidade aos termos do Estatuto do Sindicato dos Servidores da Justiça do RS, o Conselho Fiscal do Sindjus RS, reuniram se na Sede do sindicato, para examinar as peças que compõe a PREVISAO ORÇAMENTARIA PARA O EXERCICIO DE 2022, após análise, decidiu pela sua aprovação sem ressalvas, assinado pelos conselheiros presentes.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2022









JOSEANE HANS BRONIZAKI







COLETIVO DE MULHERES

NÃO ME CALO

Coletivo Não Me Calo: "A voz das mulheres no Judiciário" será o tema do mês de março

O ano é 2022 e as mulheres representam 58% da força de trabalho do Poder Judiciário estadual, mas em quase 150 anos de história pela primeira vez o cargo mais alto da Justiça gaúcha é ocupado por uma mulher. Os avanços na luta por equidade de gênero são tímidos e as mulheres ainda lutam para terem direito à voz e vez.

Com o propósito de fomentar esse debate, o Coletivo de Mulheres Não Me Calo definiu "A voz das mulheres no Judiciário", como tema para a programação de março, mês de luta por direitos e igualdade de gênero. A temática foi definida pelas integrantes, inspiradas no nome e na proposta do Coletivo, de lutar por espaços e os direitos das mulheres.

Entre os temas abordados na programação do mês de março, está um artigo com reflexões sobre o conceito de teto de vidro, utilizado para ilustrar as barreiras que as mulheres sofrem no âmbito profissional. No Poder Judiciário gaúcho, por exemplo, o ingresso é por concurso e as mulheres representam mais da metade da força de trabalho, no entanto, esse dado não reflete na ocupação de cargos diretivos.

O conteúdo produzido também vai trazer mensagens e manifestações de servidoras da ativa e aposentadas, além de uma live "A voz das mulheres no Judiciário", transmitida no dia 8 de março, às 9h, no canal do Sindjus no Youtube. Acompanhe nossas redes e saiba sobre a programação.

INFORME JURÍDICO DIREITOS DOS SERVIDORES

- Imposto de Renda

Os servidores que tiveram desconto do Imposto de Renda sobre os pagamentos administrativos da URV podem ainda ingressar com pedidos de execução, buscando a devolução do imposto cobrado em excesso.

- Contribuição IPE-PREV

Da mesma forma, os descontos destinados ao IPE-PREV sobre funções gratificadas, em razão da Reforma da Previdência, podem ser objeto de revisão. Em nosso site há estudo de nossa assessoria jurídica sobre os impactos da reforma sobre os cálculos dos benefícios.

Ainda, seguem em tramitação ações que discutem a cobrança de contribuições sobre os proventos de aposentadorias e pensões recebidos pelos servido-

res estaduais, em razão dos aumentos gerados com a Reforma da Previdência.

- IPE-Saúde Negativa de Cobertura

Em razão do aumento de tratamentos e coberturas recusados – muitas vezes indevidamente – pelas operadoras de plano de saúde e, da mesma forma pelo IPE-Saúde, tem se elevado o número de ações judiciais nesse setor.

Diante do atual posicionamento na esfera jurisdicional, a recomendação de nossa assessoria jurídica é que se dê preferência em avaliar a obtenção de tutela de urgência judicial antes da realização do tratamento, deixando pedidos de ressarcimento para último caso. Isso porque os deferimentos de ressarcimento têm sido balizados em tabelas de valor sensivelmente inferior ao normalmente suportado pelos servidores.

AGENDE-SE: Assembleia Geral Ordinária É DIA 11 DE MARÇO

Está prevista para o dia 11 de março a Assembleia Geral Ordinária (AGO) para tratar da prestação de contas de 2021 e previsão orçamentária para 2022, além da abertura do processo eleitoral do Sindjus/RS e da Campanha Salarial conjunta que está em andamento.

A AGO será realizada na modalidade virtual, por meio da plataforma Zoom, com primeira chamada às 9h e segunda chamada às 9h15. Importante: É necessário fazer inscrição prévia e o formulário será disponibilizado nos canais de comunicação do Sindjus/RS.

CONTATO DA ASSESSORIA JURÍDICA

Para mais esclarecimentos sobre esses e outros direitos, é possível fazer contato direto com a nossa assessoria jurídica, através do telefone

51.3212.78.77

e-mail

cop@copadvogados.com.br

ou rede social

[facebook.com/copadvogados](https://www.facebook.com/copadvogados)

FILIE-SE
Categoria unida,
sindicato forte!



NAP

Campanha Salarial 2022 tem foco na urgência do reajuste para os aposentados

O mês de fevereiro foi marcado pelo lançamento da campanha salarial de 2022. Com o tema "Por trás de todo serviço público tem servidores trabalhando por você", a ação tem como objetivo chamar a atenção da sociedade sobre a importância da valorização dos servidores, e pressionar o governo do Estado e Assembleia Legislativa para a aprovação da recomposição salarial.

Pela primeira vez a campanha salarial está sendo realizada de forma conjunta pela União dos Trabalhadores do Sistema de Justiça, composta pelo Sindjus, Simpe/RS, Sindpers, Abojeris e ASJ. "Acreditamos na força da luta unificada, e temos certeza que com o apoio das três categorias teremos uma grande

mobilização", afirmou o coordenador-geral do Sindjus, Fabiano Zalazar.

Um dos focos da campanha é destacar a situação financeira dos aposentados, que além dos mais de sete anos sem reajuste, ainda enfrentam as consequências da reforma previdenciária de Leite, que aumentou as alíquotas. Ao longo do mês, os servidores aposentados serão destacados em diversas peças publicitárias.

Com ações na TV, rádio, outdoors e redes sociais, a campanha também vai fazer um paralelo sobre o aumento do custo de vida, com a alta da inflação, em comparação com o congelamento dos vencimentos e aposentadorias dos trabalhadores e trabalhadoras do sistema de justiça.



Peça publicitária destaca a importância do reajustes para os aposentados

Cuidados com os idosos: o que mudou com a pandemia

A declaração da pandemia, em março de 2020, voltou as atenções da sociedade para os idosos, grupo mais afetado pela Covid-19. Entre os debates sobre a necessidade de distanciamento e as suas consequências, surge uma reflexão importante sobre o tema: ao mesmo tempo em que é importante o autocuidado e a atenção e suportes dos familiares, também é necessário debater o papel dos governos e instituições no desenvolvimento de políticas que garantam assistência de saúde física, mental e financeira aos idosos.

Nesta edição do Boletim do NAP, queremos propor reflexões sobre o tema, abordando esses dois aspectos: os cuidados pessoais e a responsabilidade do Estado no desenvolvimento de políticas públicas.

Cuidados em casa

Com a chegada da variante ômicron, a pandemia voltou a apresentar índices preocupantes de contágio, alta na ocupação de leitos e de óbitos. Se em 2021, a variante delta gerou mais de quatro mil mortes por dia; em 2022, apesar da ômicron ser mais contagiosa, temos um cenário mais favorável graças à ampla vacinação da população.

No entanto, diante dos altos índices, a retomada de diversas atividades precisou ser adiada, e isso afetou, mais uma vez, os idosos. Neste momento, em que é necessário retomar alguns cuidados, é relevante lembrar da importância de cuidados com a saúde física e mental dos idosos.

Rotina: Ter uma rotina em casa, com tarefas, auxilia a parte cognitiva, além de evitar o ócio, que acaba gerando ansiedade. É isso que aponta a terapeuta ocupacional e professora do Departamento de Ciências da Saúde da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP, Carla Santana, que em entrevista

à Rádio USP destaca que a ociosidade e a falta de atividades pode gerar impacto na capacidade funcional, que é relacionada à realização das atividades cotidianas, impactando na mobilidade de uma forma geral.

A ruptura do cotidiano, seja aquela causada pela aposentadoria, por exemplo, ou pela pandemia, pode gerar grande impacto físico e mental, desta forma, Carla Santana aponta como a rotina pode colaborar: "Não gosto de dar receitas do que devem fazer, mas sim o que estavam acostumados e façam sentido, ou se lançar em novas experiências, o que pode ser muito interessante", ou seja, atividades que gerem prazer e estejam relacionadas ao perfil da pessoa.

Papel das políticas públicas

A pandemia deixou nítida a necessidade de estruturar redes de apoio para os idosos. De um dia para o outro, diante da gravidade que a Covid-19 atingiu as pessoas com mais de 60 anos, foi necessário adaptar espaços de atendimento para reduzir riscos para esse público, e reorganizar rotinas familiares, para assegurar o atendimento dos idosos, papel que coube, principalmente, às mulheres.

Neste contexto, é sempre citado que cuidar é um ato de amor, o que acaba reforçando a omissão do Estado na criação de políticas públicas que ofereçam suporte para a população idosa. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a previsão é que até 2050 as pessoas com mais de 60 anos representem 29,4% da população brasileira.

No país onde o Congresso Nacional é dominado por políticos que atendem os interesses do mercado, aprovando projetos como a destruição da previdência, cabe questionar qual o papel do Estado e das instituições na proteção dos idosos e aposentados? Quais as políticas públicas efetivas

para assegurar os direitos daqueles que em três décadas representarão quase 30% da população brasileira?

Podemos ir além, qual o papel das instituições, como o Poder Judiciário, que após os servidores e servidoras dedicarem-se por anos, ao se aposentarem são negligenciados, como o caso atual, sem reajustes das aposentadorias e pensões, justamente no momento em que, geralmente, precisam de maior assistência.

Precisamos aprofundar esses debates, não apenas no serviço público, mas para a população em geral, resultando na construção de políticas mais efetivas, passando pelas questões financeiras, de inclusão tecnológica, assim como da assistência à saúde, com o atendimento pleno das demandas de medicamentos, terapias e tratamentos pelo SUS e planos de saúde.

O autocuidado e as famílias exercem um papel importante nesse cenário, no entanto, cabe ao Estado garantir condições de um presente digno e um futuro de qualidade para a população que mais cresce no Brasil, e isso não será feito através das políticas neoliberais de estado mínimo.

O ano de 2022 será marcado pelo período eleitoral, e é o momento de dar as respostas nas urnas para aqueles que desconsideram e negligenciam a complexidade das políticas para a população idosa.

Qual tua opinião?

A pandemia ainda não acabou e, por isso, seguimos com cuidados para a realização de atividades presenciais. Mas gostaríamos de te ouvir, que tipo de atividades virtuais ou conteúdos você gostaria que o NAP promovesse? Participe enviando um email para:

rosa@sindjus.com.br